

Contribuição do Geopark Araripe para o desenvolvimento regional e sustentável do Cariri cearense

JAYNE BRAZIL XENOFONTE CARREIRO
UNIVERSIDADE DE FORTALEZA - UNIFOR

**CONTRIBUIÇÃO DO GEOPARK ARARIPE PARA O
DESENVOLVIMENTO REGIONAL E SUSTENTÁVEL
DO CARIRI CEARENSE**

Proponente: Jayne Brazil Xenofonte Carreiro
Email: jayneadm26@gmail.com
Contato: (88) 99712-5631

Orientadora: Dra Keysa Manuela da Cunha Mascena
Email: keysamascena@unifor.br

Programa de Pós Graduação em Administração de Empresas
Universidade de Fortaleza (UNIFOR)

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização/Problematização

Os conceitos e abordagens do desenvolvimento econômico regional voltaram a ganhar espaço. Sendo compreendido como um meio de atingir o progresso de um lugar específico através da mudança política pelos e para os seus moradores, presente em um universo coletivo e motivado para melhorar a qualidade de vida dos habitantes e não apenas no crescimento econômico através de empresas (CORIOLANO; VASCONCELOS, 2013).

A premissa básica e ao mesmo tempo a mais desafiadora do desenvolvimento regional encontra-se em perceber as peculiaridades de cada local sendo que aquilo que é projetado para um lugar, pode não ser adequado para outro (CORIOLANO; VASCONCELOS, 2013). Vale salientar que a preocupação com o desenvolvimento das regiões não é apenas um problema da política econômica, mas também uma questão de igualdade, tendo em vista que o desenvolvimento econômico em sua grande maioria necessita de uma representatividade no ambiente. Dentre as diversas abordagens de desenvolvimento regional, surge a teoria do realismo e dinâmica, onde a primeira representa a implantação de ações e processos não lineares e participativos no ambiente através de um paradigma de crescimento e compreensão dos fatores endógenos presentes no local (CAPELLO; NIJKAMP, 2009). Essa abordagem é essencial para a compreensão do processo da sustentabilidade mediante o desenvolvimento regional.

Foi então a partir do Congresso de Geologia realizado em Pequim no ano de 1996, que revelou-se a relevância da criação de uma Rede Europeia de geoparques pois havia a necessidade de incentivar o desenvolvimento das áreas rurais, compostas por graves problemas sociais e econômicos, além do grande potencial geológico (LUNAS et al., 2016).

Os geoparques são compreendidos como espaços delimitados, tendo como suporte práticas europeias responsáveis por desenvolver uma gestão em rede pautada em três pilares: educação, turismo e conservação (BRITO; PERINOTTO, 2012). Os propósitos da criação de geoparques ultrapassam a conservação do patrimônio geológico e aderem a ações e atividades da divulgação do ecoturismo, educação ambiental e atividades de produção sustentáveis (UNESCO, 2017).

A definição de geoparque surgiu na Europa nos anos 90, apresentando como propósito da sua operação o desenvolvimento de redes que possibilitassem uma permuta de experiências e promoção conjunta de cada membro que compõe a rede presente naquela localidade (BRILHA, 2009). Essa definição defende que as peculiaridades geológicas não podem ser separadas, com fim na exploração do desenvolvimento econômico, social, ambiental e cultural do ambiente ao qual pertence, não podendo ser compreendidos separadamente (LUNAS et al., 2016).

A então proposta do Geopark Araripe é um convite a participação da comunidade no seu processo de manutenção, conservação e valorização. A fim de propiciar uma melhoria na qualidade de vida da população por meio do ecoturismo, conservação do patrimônio geológico e a geoeducação (MACEDO; PINHEIRO, 2014).

Além da proposta científica e de preservação que envolve a criação do geoparque, ele apresenta como objetivos incentivar e desenvolver a sustentabilidade econômica das comunidades locais quer seja por meio da produção de artesanato típico, seja pela oferta de

serviços de hospedagem, passeios, alimentação, ecoturismo e conhecimento, promovendo informações históricas, científicas e culturais para os visitantes (BACCI et al., 2009). O problema de pesquisa do seguinte trabalho é compreender quais benefícios uma região obtém com um parque ecológico além do benefício ambiental já pautado como um dos princípios de existência e proposta de um geoparque.

1.2 Questão de Pesquisa

Frente a esse contexto, elaborou-se a seguinte questão de pesquisa: quais as contribuições do Geopark Araripe para o desenvolvimento regional e sustentável do Cariri Cearense?

1.3 Objetivos da Pesquisa

1.3.1 Geral

O objetivo dessa pesquisa é analisar as contribuições do Geopark Araripe para o desenvolvimento regional e sustentável do Cariri Cearense.

1.3.2 Específicos

- 1- identificar os impactos sociais e culturais do Geopark Araripe na região no Cariri cearense;
- 2- identificar os impactos econômicos do Geopark Araripe na região do Cariri cearense; e
- 3- apontar as possíveis contribuições do Geopark Araripe para o desenvolvimento sustentável da região do Cariri cearense.

1.4 Justificativa

A justificativa dessa pesquisa envolve aspectos teóricos e empíricos. Quanto à justificativa teórica, a pesquisa se propõe a analisar quais impactos positivos e quais contribuições ainda não alcançarem seu propósito através das ações e atividades realizadas pelo Geopark Araripe, bem como pontos onde ainda há oportunidades de desenvolvimento teórico. Além disso, envolve aspectos contraditórios entre os seus impactos na região.

Além desses pontos, o Geopark Araripe foi escolhido como objeto de estudo por representar a sua relevância e grandiosidade nacional e internacional, sendo o primeiro a compor a Rede Global de Geoparques (GGN) no ano de 2006, tendo como apoiador o Governo do Estado do Ceará, que o classifica como um projeto importante de desenvolvimento socioeconômico (VILAS-BOAS; LIMA, 2012).

Foi o primeiro geoparque das Américas e do hemisfério sul detentor do selo da UNESCO, compondo a Rede Global de Geoparques (MOURA-FÉ, 2016). Além de estar situado na Bacia do Araripe, classificada como a maior bacia sedimentar no interior do Nordeste brasileiro, perpassando o sul do Ceará, noroeste de Pernambuco ao leste do Piauí (UNESCO, 2017). Além de apresentar um patrimônio geológico de mais de 150 milhões de anos (UNESCO, 2017).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Teorias do Desenvolvimento Regional

A noção de desenvolvimento tem sido ligada, quase que, exclusivamente ao crescimento econômico, no final dos anos 80, através do Relatório de Brundtland, as teorias sobre desenvolvimento começaram a ser modificadas, como a inserção da concepção sobre sustentabilidade (BRUNDTLAND, 1987; INBS, 2015). Nesse cenário, é possível compreender a presença de um novo anseio por práticas de desenvolvimento que tratem outras dimensões, não apenas o crescimento econômico, tais como a relevância social e a preocupação ecológica (BANDEIRA, 1999; SACHS, 2002).

Após a Segunda Guerra Mundial, ganha espaço no debate econômico mundial a compreensão do desenvolvimento. Segundo a teoria econômica contemporânea, o comércio internacional era responsável por promover uma diferenciação produtiva entre os países, assim como a distribuição igualitária de renda e evolução tecnológica e científica (ALVES et al., 2020).

O efeito dessa relação percebida até os dias atuais é o desenvolvimento capitalista, ampliação de uma cultura pautada na mercantilização da vida, aglomeração e no lucro como fim e meio do processo de desenvolvimento e no consumo. Essa concepção, quando em contato com países subdesenvolvidos promove transformações na percepção regional e no comportamento da sociedade (FURTADO, 1978).

Dallabrida (2010) afirma que o processo de desenvolvimento é notadamente complexo, esse por sua vez, indica que o desenvolvimento de determinada localidade é “um processo de mudança estrutural empreendido por uma sociedade organizada territorialmente, sustentado na potencialização dos capitais e recursos materiais e imateriais existentes no local, com vistas à dinamização econômica e à melhoria da qualidade de vida de sua população”. O autor ainda acrescenta que o desenvolvimento é um evento estudado através de arranjos temporários, passível de transformações sociais, políticas, econômicas e culturais.

Durante décadas era comum compreender o desenvolvimento como resultado da industrialização e urbanização, representado pela produção em massa e grandes áreas urbanas. Esse paradigma foi perdendo força no início da década de 70, quando o modelo fordista entrou em colapso e novos modelos foram ganhando espaço, como a especialização flexível e outras formas ansiadas de acumulação de capital (CABUGUEIRA, 2000).

Um dos conceitos mais complexos que acompanha o desenvolvimento regional é a compreensão de espaço e região, responsável por gerar debates entre diversos estudiosos, apontando que sua definição não reflete apenas um significado ou representação, por exemplo, para Simões Lopes (1995), a região é vista como uma entidade de fato, palpável e direta, como uma representação natural, porém, o mesmo autor defende que para alguns estudiosos da área, a região vai além de um objeto de classificação, é uma concepção, com o propósito de auxiliar a compreensão permitindo focar em um objeto de estudo.

Na discussão acerca das diferenças entre crescimento econômico e desenvolvimento econômico, Erber (2011) afirma que o crescimento econômico gira em torno do mesmo significado, e o desenvolvimento econômico representa mudanças fundamentais sobre o cognitivo coletivo, fundado por conhecimentos que proporcionem a hierarquização de problemas e solução, afim de auxiliar a composição entre todos os atores sociais.

Perroux (1964) defende que o crescimento econômico ocorre de maneira desequilibrada, estando presentes em apenas alguns polos, o que ocorre de maneira diferente quando compreendido que o desenvolvimento regional deve acontecer levando em conta quais as regiões apresentam melhores condições ou potenciais para se tornarem polo de crescimento com o auxílio de investimentos na formação desses polos.

É diante desse crescimento econômico desigual e exploratório que surge o desenvolvimento exógeno, pressionando a economia dos países à imposição de uma ação econômica que não condiz com suas forças, características e interesses regionais. Para alguns teóricos e economistas, a evolução do subdesenvolvimento passa pela evolução do paradigma exógeno, sendo convertido em um paradigma endógeno (ALVES et al., 2020).

O desenvolvimento como propósito deste trabalho pode ser compreendido como a qualidade de vida digna para a população, quer seja rural, quer seja urbana e com garantia de direitos. Ou seja, quando a população consegue ter uma estabilidade de sobrevivência no seu espaço, na sua localidade, no seu município, considerando-se desenvolvimento de fato, ao contrário de crescimento (PAIS, 2014).

O final do século XX, principalmente depois dos experimentos realizados no que alguns autores chamam de Terceira Itália, vivenciaram os novos conceitos do desenvolvimento segundo Fischer (2002). Os termos mais usuais (desenvolvimento local, desenvolvimento territorial, desenvolvimento endógeno e desenvolvimento sustentável, agrupam uma soma de características que questionam o conceito tradicional de desenvolvimento (LAYRARGUES, 1997).

Várias teorias foram criadas em momentos diferentes da história do Brasil e de outros países. Porém, como propósito de dar suporte à temática deste trabalho, a teoria do desenvolvimento regional escolhida foi a teoria do desenvolvimento endógeno, também conhecido como ecodesenvolvimento e desenvolvimento a partir de baixo, tendo em Celso Furtado e Amaral Filho seus maiores expoentes nacionais.

O desenvolvimento endógeno tem sua origem nos anos 1970, porém, foi no início dos anos 90 que esse paradigma ganhou espaço e iniciou uma nova revolução na maneira de compreender que os níveis de crescimento variam entre as regiões e países, mesmo quando haviam afinidades entre elas, como o capital econômico, mão de obra e tecnologia. O recurso encontrado para solucionar essas disparidades foi o estudo mais profundo dos fatores presentes dentro de dada região (AMARAL FILHO, 1996).

O desenvolvimento endógeno se refere a uma teoria com as melhores ferramentas políticas para corrigir as desigualdades regionais. De acordo com ela, a sociedade é capaz de controlar e direcionar o seu próprio desenvolvimento regional, forçando-o a adaptar-se à disponibilidade dos fatores produtivos locais e ao seu potencial endógeno. O Brasil tem como característica o desequilíbrio em seu desenvolvimento, contudo, para a obtenção de uma economia mais equilibrada e níveis mais elevados de renda, é preciso criar centros regionais economicamente fortes. (ALCOFORADO, 2006, p. 197).

Também conhecido como desenvolvimento de baixo para cima, o desenvolvimento endógeno foca nos potenciais sociais e econômicos originais da região. Características como instituições, capital humano, informação e conhecimento são fatores endógenos tratados pelos economistas como relevante para a produção, responsáveis por coordenar o crescimento da produtividade, instigar o crescimento e propiciar uma distribuição de renda mais adequada (AMARAL FILHO, 2001).

A teoria do desenvolvimento a partir de baixo, é composto por estratégias fundamentadas nos princípios históricos, naturais, culturais e institucionais das regiões, objetivando atingir as necessidades básicas da população local. Busca a realização de complementos sociais, atingidas pela produção de bens que atendam grupos específicos e que apresentem também um valor social para a região (CABUGUEIRA, 2000).

2.2 Desenvolvimento regional e sustentável

A região pode ser compreendida como um local de troca, onde estão presentes pessoas que compartilham relação, informações e trabalho, dotada de forte identidade histórica e cultural (ZAPATA, 2007). A autora ainda aponta que o conceito de região é semelhante ao de território e município, podendo também ser formado pela junção de diversos municípios dentro de um estado, ou mesmo soma de municípios presentes em mais de um estado, já que o que caracteriza um território é a sua definição cultural, o patrimônio imaterial, sua disposição de organização e capacidade de construir um futuro melhor.

Compreender as transformações ocorridas na economia regional é ponto de partida para a compreensão das alterações vivenciadas em escala nacional. Ao se estudar a economia regional em relação à economia nacional, é perceptível a diferença sobre a ausência de barreiras para a circulação de bens e migração, serviços, além de capital humano e financeiro (GREMAUND; BRAGA, 2006). Essa flexibilidade de recurso entre as regiões pode definir a influência ou poder de uma área sobre as demais, quer seja em relação a tendência de produção ou controle de mercados, quer seja sobre os consumidores (PIANCETI, 2009).

No início dos anos 1950, as teorias de desenvolvimento regional introduziram seus primeiros conceitos, apresentando uma metodologia dinâmica de auto reforço resultado de externalidades presentes na aglomeração industrial (CAVALCANTE, 2008). O autor não apresenta quem foi o primeiro teórico a comprovar a aglomeração como um fator de concentração de novas atividades e, por consequência, de crescimento, mas aponta como possível teórico o Alfred Marshall.

Após o início da década de 1990, despontam como síntese conciliadora para as questões ambientais e políticas globais, uma nova geração de políticas regionais. Inspirada no paradigma do desenvolvimento endógeno, essa geração busca uma combinação entre o anseio da liberdade local e regional e um delineamento setorial e estatal. É nessa época que surgem novas políticas de incentivo à construção de sistemas regionais de inovação e de arranjos produtivos locais, que unem princípios de desenvolvimento horizontais às atividades e acompanhamentos verticais (ALVES et al., 2020).

Segundo Diniz e Crocco (2006), essa transformação surgiu na compreensão de que uma atuação excessivamente exógena, dominada pela relação econômica presente nos países centrais, não é sustentável no longo prazo. Dessa maneira, esse novo paradigma surge no intuito

de promover a racionalidade sistêmica, onde a dimensão endógena é essencial no processo de desenvolvimento emancipatório.

A ideia de desenvolvimento sustentável surgiu na conferência internacional sobre a definição de desenvolvimento. Evento realizado para reavaliar o conceito do considerado desenvolvimento da época sobre a noção de crescimento, gerando uma compreensão mais abrangente, incluindo fatores sociais e ambientais, promovendo o conceito de desenvolvimento sustentável (BELLEN, 2006).

Nas últimas décadas, a realidade mundial vem se transformando de maneira mais rápida, principalmente com foco nos problemas ambientais e sociais. Se desde os anos 70 se estabeleceu o desenvolvimento sustentável como medida preventiva, na atualidade e no futuro, ele precisa ser compreendido como uma necessidade de sobrevivência e adaptação, tendo em vista os acontecimentos “em cascata” que demonstram mais do que nunca a importância dos ecossistemas e da sociedade (DOS SANTOS, 2009).

Um dos pontos desafiadores deste trabalho se encontra na ausência de um consenso mundial a respeito da sustentabilidade, tanto em relação à definição como à sua prática. Quanto à definição, o próprio termo “desenvolvimento sustentável” ainda está em construção, e quanto à sua prática, não existe uma metodologia pré-definida ou que se encaixe em todas as localidades como uma prática universal (VEIGA, 2010).

Investigar o desenvolvimento regional através de uma pesquisa histórica é um obstáculo para o pesquisador, porém também é necessário para melhor compreender qual a relevância dos aspectos além dos econômicos, e assim poder mensurar o efeito das políticas de desenvolvimento por meio das divergências regionais na região brasileira (VIEIRA; DOS SANTOS, 2012).

O desenvolvimento sustentável transforma o conceito de quantidade como sendo o mais importante e o transporta para a qualidade e valorização ambiental, tornando-se uma característica não que limita, mas transforma o desenvolvimento em modelo mais consciente (OLIVEIRA, 2012). É preciso compreender a existência de uma parcela de ambiguidade sobre o intuito e necessidades de políticas para o desenvolvimento local, tendo em vista que cada localidade tem suas necessidades, fraquezas e forças (BARQUERO, 1993). Algumas interpretações sobre o desenvolvimento colocam de lado a exclusividade dos objetivos econômicos e apontam objetivos necessários da política de desenvolvimento para preservar o patrimônio histórico e cultural, além do meio ambiente (CABUGUEIRA, 2000).

A importância de integrar conceitos e a historiografia quando se fala de desenvolvimento regional, reforça a ideia e relevância das práticas culturais regionais e locais. Essa abordagem reflete sua relevância no estudo por haver comprovação científica e prática que as características culturais componentes na população de cada região não são mecânicas ou deterministas, mas sim que a vida social e cultura é determinada por meio de aspectos relativos à economia e a vida material (VIEIRA; DOS SANTOS, 2012).

Quadro 1 – Mudanças na política de desenvolvimento regional e local.

	Política tradicional	Políticas novas
Estratégia dominante	Desenvolvimento polarizado Visão funcional	Desenvolvimento difuso Visão territorial
Objectivos	Crescimento quantitativo Grandes projectos	Inovação, qualidade, flexibilidade. Espírito empreendedor. Projectos numerosos
Mecanismos	Redistribuição Mobilidade de capital e do trabalho	Mobilização do potencial endógeno Utilização dos recursos locais e externos
Organização	Gestão centralizada. Financiamento a empresas. Administração pública dos recursos.	Gestão local do desenvolvimento. Prestação de serviços. Organizações intermédias.

Fonte: Vásquez Barquero (1993).

É a teoria do desenvolvimento endógeno que aponta e defende a questão regional, demonstrando as mais relevantes contribuições para os problemas de desigualdades territoriais e as ferramentas políticas mais eficazes para sua resolução (AMATO NETO, 2000). O desenvolvimento regional endógeno é um método participativo, as pessoas de determinada localidade, mediante suas potencialidades e aptidões, constroem um projeto de desenvolvimento que englobe uma maior participação da população, um maior equilíbrio de oportunidade e de sustentabilidade (ZAPATA, 2007).

É uma necessidade do desenvolvimento regional se adaptar ao cenário onde está presente, criando estratégias que acompanhem as três dimensões da sustentabilidade, ou (Figura 1): ambiental (planet), econômica (profit) e social (people) (ELKINGTON, 2001).

Figura 1 – As três dimensões da sustentabilidade



Fonte: Adaptado de Elkington (2001).

Em estudo regional, na procura pelo desenvolvimento regional sustentável, as autoridades prevalecem a criação de projetos com foco no impacto regional e, em seguida, global. Com esse propósito, países desenvolvidos e em desenvolvimento, procuram promover ambientes de inovação, que proporcionem vantagem competitiva local, ao modificar o conhecimento em riqueza (WCDE, 1987).

A formação econômica da região do Cariri foi baseada na monocultura, no latifúndio, e na concentração de renda. Foi através do processo de desenvolvimento na última década, que houve uma mudança de paradigma, caracterizada pela busca do desenvolvimento sustentável e pelo fortalecimento da participação social. No entanto, ainda está muito longe da realidade desejada, principalmente no que se refere à participação popular, porque os fóruns e conselhos

são, muitas vezes, de fachada através de instituições que representam a extensão do poder público (PAIS, 2014). Desenvolver um território, uma região (no caso, o Cariri) que tem vinte e oito municípios divididos em três Cariris diferentes um do outro, embora seja considerado como um único território, não é uma tarefa simples.

3 ARRANJO PRODUTIVO LOCAL E CLUSTER

Os séculos XX e XXI têm sido marcados pelas novas exigências comerciais, econômicas, sociais e governamentais. Um dos pontos que ganhou destaque nessa época em termos de diferenciação e competitividade é a criação de vantagens competitivas sustentáveis (SCHMITZ, 1999). O autor ainda afirma que outra fonte de vantagens competitivas são os agrupamentos geográficos, que propiciam o surgimento de cadeias de suprimentos, melhoria e facilidade de comunicação, poder de influência entre produtores e fornecedores, além de outras vantagens decorrentes dessa proximidade estratégica.

A busca por domínio econômico entre as organizações promove a competição e a oferta de produtos e serviços no mundo globalizado, novas estratégias se tornam necessárias para manter a sobrevivência e ganhar espaço entre os concorrentes. É dentro desse contexto que surgem os Arranjos Produtivos Locais (APLs) e Clusters, embasadas nas características regionais e/ou setoriais, atingindo resultados satisfatórios em termos econômicos, de desenvolvimento e sustentáveis (GONÇALVES, 2020).

Os APLs surgiram na década de 1960 em Baden-Württemberg, sul da Alemanha, com o estabelecimento de um distrito industrial representado por uma elevada concentração de pequenas empresas nos setores têxteis, maquinaria e relojoaria, seguido por aglomerações similares no nordeste da Itália na década de 1970, assim como no oeste da Dinamarca (DE SINAY et al., 2018). Como resultado do sucesso resultante das primeiras aglomerações, APLs foram disseminadas ao redor de todo o mundo. Já no Brasil, foi na década de 1990 que houve o estopim para as discussões acerca dos APL, resultado de uma tática do Governo Federal para incentivar o desenvolvimento regional (LASTRES *et al.*, 1998).

Um dos desafios dessa temática consiste na falta de consenso acerca da definição e conceito sobre cluster é um desafio para a maioria dos pesquisadores, por se tratar de uma temática composta por muitos arranjos organizacionais (CARDOSO et al., 2018).

Porter (1999) define cluster como:

[...] Um aglomerado ou um agrupamento geograficamente concentrado de empresas inter-relacionadas e instituições correlatas numa determinada área, vinculadas por elementos comuns e complementares. O escopo geográfico varia de uma única cidade ou estado para todo o país ou mesmo uma rede de países vizinhos (PORTER, 1999, p. 211).

Os APLs representam uma nova visão para impulsionar o desenvolvimento econômico de dada localidade, unindo diversos atores, entre eles entidades educacionais, membros da sociedade civil e entidades públicas (CALHEIROS, 2010). Em regiões com níveis elevados de desemprego e pouco desenvolvidas, os APLs surgem como estratégias importantes para mudar a realidade local (CASSIOLATO; LASTRES, 2000).

Ao se estudar os APLs, compreendem-se que além de fatores econômicos, fatores como a interação social e a dimensão simbólica do seu alcance também são observadas, entrando em

ressonância também com o paradigma do desenvolvimento regional sustentável, foco dessa pesquisa. O paradigma do desenvolvimento regional aborda também o desenvolvimento sustentável e a sua presença na localidade durante os próximos anos, contemplando as dimensões sociais, ambientais e econômicas (SAUSEN et al., 2014).

Para melhor compreensão deste trabalho, adotou-se a hipótese do APL e Cluster pela sua organização e características. Já que o APL possui capacidade de produzir diversos benefícios para a região onde está inserido; desde a promoção de emprego e renda, passando por investimentos em infraestrutura e logística, educação, valorização regional e proteção da identidade cultural e suas tradições (DE OLIVEIRA et al., 2018).

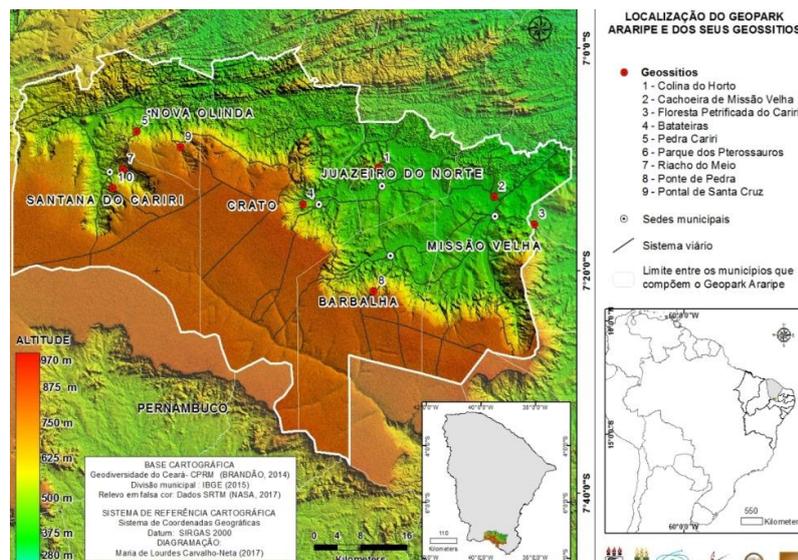
Nas últimas décadas, as teoria do desenvolvimento regional acrescentaram no portfólio de inovações o surgimento de regiões dinâmicas onde ativos intangíveis passaram a ocupar o espaço dos ativos tangíveis em termos de relevância, além disso abrir espaço além da empresa como um ambiente microscópio e sim abordando a região que o envolve, especialmente as redes de relacionamento (MARTELETO; SILVA, 2004).

Os debates acerca do desenvolvimento regional e sustentável apontam que o que era responsabilidade central dos governos, passou a ser responsabilidade das organizações também. Essa conscientização e cobrança resultaram na oportunidade de inserção dos APLs para a sobrevivência e competitividade das organizações de determinada localidade (DA SILVA; MARTINS, 2017).

4 GEOPARK ARARIPE

Foi a partir do sociólogo francês Pierre Gervaiseu que o tema geoparque passou a ser conhecido no Cariri cearense, sendo responsável mais tarde na criação do Geopark Araripe (MACÊDO; OLIVEIRA, 2013). O Geopark Araripe foi o primeiro a compor a Rede Global de Geoparques (GGN) no ano de 2006, tendo como apoiador o Governo do Estado do Ceará, que o classifica como um projeto importante de desenvolvimento socioeconômico (VILAS-BOAS; LIMA, 2012). Situado ao extremo sul do Estado do Ceará, abrange uma área de 3.520,52 km² compondo os municípios de Crato, Juazeiro do Norte, Barbalha, Missão Velha, Santana do Cariri e Nova Olinda (DA SILVEIRA et al., 2012). Possui atualmente nove geossítios acessíveis para visitação, e mais 17 identificados e catalogados que por questões científicas e de conserva o não são abertos para visitas públicas (DE MOURA-F E, 2016).

Figura 2 - Localização do Geopark Araripe e dos seus geossítios



Fonte: (CARVALHO-NETA et al., 2018).

4.1 Propostas de desenvolvimento regional do Geopark Araripe

As ações realizadas pelo Geopark Araripe representando os atributos turísticos locais e a soma de conhecimentos científicos propicia a disseminação das Ciências Exatas da Terra, através do turismo educação e respeito à terra, apresentando o patrimônio geológico como sua maior beleza natural (MOURA-FÉ, 2015).

Apesar de ter sido criado para preservar o patrimônio paleontológico e geológico, o Geopark Araripe fomenta pesquisas científicas na área e mais recentemente juntamente com o turismo (GABRIELLI, 2014). Apesar de o turismo na região ser relacionado muitas vezes ao turismo religioso, atraindo cerca de 2,5 milhões de romeiros devido à devoção ao Padre Cícero (G1, 2012) foi nessa região que ocorreram os milagres do Padre Cícero Romão, padre considerado santo para muitos católicos.

Como a região tem um foco maior no turismo religioso, ocorrendo em dias de comemoração de santos ou do nascimento e morte do padre Cícero, os turistas que vão fora das romarias para visitar a Colina do Horto e o Santo Sepulcro encontram lojas e lanchonetes fechadas, demonstrando não haver ações voltadas para atender esse público, com ausência de guias locais, postos de informações e acompanhamento ao turista (GABRIELLI, 2014).

Iniciado em abril de 2014 o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) para a região do Cariri ainda encontra-se em status de andamento. O PDITS tem como intuito incentivar a economia, investindo na infraestrutura urbana e expandir o potencial próprio de cada região do Cariri (COBRAPE, 2019).

O geoturismo é uma alternativa muito utilizada na nova conjuntura social para desenvolver o local no qual está inserido. Ele pode ser compreendido como uma nova divisão do turismo, sendo desenvolvido em áreas naturais e para um público que tenha interesse em conhecer elementos geomorfológicos e geológicos (MOREIRA, 2010).

Uma das propostas para o melhor desenvolvimento econômico da região do Cariri é o desenvolvimento de uma associação de moradores que produzam artesanatos com materiais específicos da região e que também retratem as suas características. Assim como também o faz a partir das necessidades de novos negócios, como alimentação, hospedagem e promoção de mão de obra especializada para o turismo e orientação sobre os recursos naturais e sua preservação (CARDOSO, 2017).

5. METODOLOGIA

5.1 Classificação da pesquisa

O estudo será conduzido por meio de uma pesquisa qualitativa. O estudo qualitativo empenha-se para mensurar questões da realidade que não são capazes de quantificar, direcionando a sua percepção e explanação do objeto nas relações sociais (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

Assim, a abordagem qualitativa foi vista como adequada para produção desta pesquisa, devido ao fenômeno estudado e dos objetivos do estudo, pois compreender os impactos do Geopark Araripe para o desenvolvimento regional do Cariri Cearense seria melhor captado pelo trato qualitativo, uma vez que se buscará ouvir dos sujeitos que coordenam o Geopark, os guias que fazem os acompanhamentos, pesquisadores e empresas parceiras do projeto, assim como a compreensão do contexto regional onde o projeto está inserido. Além disso, caso fosse adotada uma abordagem apenas quantitativa na realização deste estudo, haveria o risco de se reduzir a riqueza e expressividade da experiência dos sujeitos.

5.2 Estratégia de pesquisa

O estudo de caso foi selecionado para a realização deste trabalho, pois se adéqua as necessidades e objetivos da pesquisa dentro da complexidade do objeto em questão, além de possuir caráter de complexidade e detalhamento, e considerar o contexto no qual os fenômenos ocorrem.

Yin (2001) aponta que o estudo de caso possibilita uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos acontecimentos da vida real, como ciclos de vida individuais, processos administrativos e organizacionais, transformações presentes em regiões urbanas, relações internacionais dentre outros fenômenos.

O Estudo de Caso objetiva compreender a situação como um todo, reconhecer e verificar a complexidade das dimensões que circundam o caso e, de maneira eficaz, relatar, argumentar e estudar a multiplicidade de um caso concreto (MARTINS, 2006). Através de uma imersão profunda e árdua com um objetivo delimitado, o Estudo de Caso propicia a análise pontual em uma realidade social.

Em relação a esta pesquisa, o nível de análise refere-se ao Geopark Araripe, instigando, dessa forma, compreender como as ações desempenhadas e promovidas pelo Geopark Araripe possibilitam o desenvolvimento regional e sustentável da região do Cariri cearense. Considerou-se que um caso específico poderia propiciar melhor compreensão, já que se trata de um caso único, e o geoparque pioneiro na América Latina, compreendendo como tem sido a evolução, participação e promoção da melhoria do desenvolvimento regional e sustentável.

Estudos de Caso, em sua maioria, utilizam diversas estratégias para a coleta de dados, como entrevistas, observações e documentos de arquivos e pesquisas, podendo apresentar caráter qualitativas e quantitativas (EISENHARDT, 1989). Segundo Yin (2010), os procedimentos podem ser obtidos de seis maneiras diferentes: registros de arquivos, entrevistas, documentos, observação direta, observação participante e artefatos físicos. Essa diversidade de métodos auxiliam na formulação de um resultado adequado a realidade do objeto de pesquisa.

5.3 Coleta de dados

O uso de diversos métodos também possibilita a triangulação dos dados, cumprindo mais uma solicitação que é a validação do trabalho. Neste caso, os dados foram coletados através de fontes documentais, observação direta, visitas realizadas como participante e, devido ao desafio instaurado para acesso presencial na pandemia mundial vivenciada pelo Sars-cov-2, popularmente conhecido como corona vírus, surgiu a possibilidade de acompanhar Websites, relatórios, artigos, vídeos e lives realizadas pela rede social do Instagram do próprio Geopark Araripe e parceiros.

O trabalho realizado possui caráter exploratório. Classifica-se também como exploratória visto que o desenvolvimento regional e sustentável como promovidos pelo Geopark Araripe ainda é recente e pouco explorada no cotidiano da região do Cariri cearense. Malhotra (2006) acrescenta que pesquisa dessa natureza são significativas quando existe a carência de uma visão mais assertiva sobre um fato, tendo como propósito elaborar um problema ou apresenta-lo da maneira mais congruente possível. A parte exploratória do trabalho resultou em pesquisar maiores informações sobre as ações realizadas pelo Geopark e como a sociedade vem sendo beneficiada de forma direta e indireta, promovendo uma maior igualdade no desenvolvimento regional daquela localidade.

A pesquisa documental foi escolhida como suporte para esse trabalho, por ser considerado o primeiro passo para qualquer estudo ou pesquisa científica, com o propósito de revisar os assuntos já abordados, como também instigar novas percepções e análises sobre o campo estudado (DE MACEDO, 1995). Para suporte a esse tipo de pesquisa, utilizou-se as bases de dados: Web of Science, Scopus, Scielo e Capes, bem como resultados de pesquisas acadêmicas já desenvolvidas sobre a temática, como dissertações de mestrado e teses de doutorado. A parte inicial deste trabalho ocorreu através da revisão da literatura, essencial para a promoção de fundamentos teóricos e componentes de análise que promovem dados e informações empíricas, possibilitando responder à questão de pesquisa que conduziu o presente trabalho, proporcionando também um aporte para os resultados obtidos com a presente pesquisa.

Para coletar os dados se fará uso da entrevista. A entrevista é utilizada na pesquisa qualitativa por favorecer o contato direto e indireto das opiniões, valores e crenças dos atores sociais, auxiliando a compreensão e percepção do mundo através do olhar do pesquisado (FRASER; GONDIM. 2004). As entrevistas serão realizadas com o coordenador do setor de geoconservação do Geopark Araripe e a coordenadora do setor de desenvolvimento regional sustentável.

5.4 Análise de dados

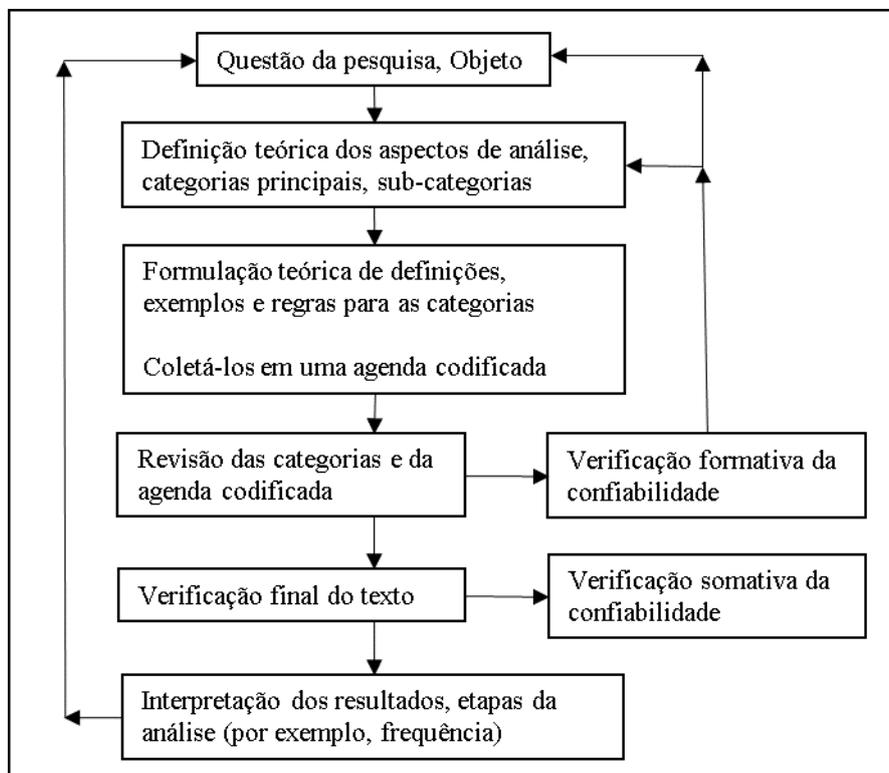
Os dados do trabalho foram analisados utilizando a técnica de análise de conteúdo, definida por Bardin (2004, p. 37) como:

um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção dessas mensagens.

Os pontos positivos na análise de conteúdo referem-se à possibilidade da melhor organização do material colhido, disponibilizar de regras para a investigação seguindo procedimentos e unidades de análise, realizar a interpretação dos textos seguindo uma estrutura de seqüências desenvolvidas cautelosamente, além de apresentar parâmetros de confiabilidade e validade.

Na Figura 3, aponta-se o esquema de análise de conteúdo de abordagem dedutiva desenvolvido por Mayring (2000), utilizado como modelo de base para este trabalho.

Figura 3 - Análise de conteúdo seguindo abordagem dedutiva.



Fonte: Mayring (2000, p. 7)

6 REFERÊNCIAS

ALCOFORADO, F. Globalização e desenvolvimento. São Paulo: Nobel. 2006.

ALVES, Evandro Luis; FERNANDES, Bruno Siqueira; DINIZ, Sibelle Cornélio. O PDDI-RMBH e as possibilidades de um desenvolvimento endógeno desencadeado pela economia popular metropolitana. **Revista brasileira de estudos urbanos e regionais**, 2020.

AMARAL FILHO, J. A Endogeneização no Desenvolvimento Econômico Regional e Local. IPEA, **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 23, junho de 2001.

AMARAL FILHO, J. Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, IPEA, n.14, 1996.

BRILHA, José Bernardo Rodrigues. A importância dos geoparques no ensino e divulgação das Geociências. **Geologia USP**. Publicação Especial, v. 5, p. 27-33, 2009.

BRITO, L. S. M.; PERINOTTO, André, R. C. Difusão da Ciência no Geopark Araripe, Ceará, Brasil. **Anuário do Instituto de Geociências**, v. 35, n. 1, p. 42-48, 2012.

BRUNDTLAND, Report of the World Commission on Environment and Development. Our Common Future. Oslo: 1987.

CABUGUEIRA, Artur Carlos Crespo Martins. Do desenvolvimento regional ao desenvolvimento local. Análise de alguns aspectos de política econômica regional. **Gestão e Desenvolvimento**, v. 9, p; 103-136, 2000.

CALHEIROS, D. O. Arranjo Produtivo Local: oportunidades e desafios para a implantação da cadeia produtiva da viticultura na região de Jundiá. **Revista da Micro e Pequena Empresa**, Campo Limpo Paulista, v. 4, n. 1, p. 127-142, 2010.

CARDOSO, Paloma Duarte, et al. Do Geoturismo à Geoconservação: Análise da Percepção Ambiental da Comunidade do Geossítio Pontal da Santa Cruz-Geopark Araripe, Ce. **Ciência e Sustentabilidade**, v. 3, n.1, p. 124-141, 2017.

CAPELLO, Roberta; NIJKAMP, Peter (ed.). **Handbook of regional growth and development theories**. Edward Elgar Publishing, 2010.

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, M. H. H. Local systems of innovation in Mercosur countries. **Industry and Innovation**, v. 7, n. 1, p. 33-53, 2000.

COBRAPE. Companhia brasileira de projetos e empreendimentos (Brasil), 2014. Elaboração do plano de desenvolvimento integrado do turismo sustentável – PDTIS, 2014. Disponível em < http://www.cobrape.com.br/det_portfolio.php?id=360 >. Acesso em: 01 nov. 2019.

CORIOLOANO, Luzia Neide; VASCONCELOS, Fábio Perdigão. Região, desenvolvimento regional e turismo comunitário. **Revista brasileira de desenvolvimento regional**, v. 1, n. 1, p. 095-111, 2013.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Plageder, 2009.

DALLABRIDA, Valdir Roque. Desenvolvimento e governança territorial: um ensaio preliminar sobre a necessidade da regulação no processo de gestão do desenvolvimento. *Redes. Revista do Desenvolvimento Regional*, v. 15, n. 3, p. 165-186, 2010.

DA SILVA, Eliane Alves; MARTINS, Paulo César Ribeiro. A sustentabilidade de um arranjo produtivo local no polo moveleiro de Arapongas. *GESTÃO. Org*, v. 1, n. 1, p. 86-98, 2017

DA SILVA, A. C.; da SILVA, A. C.; CABRAL, N. R. A. J.; SCHIAVETTI, A. Análise de efetividade de manejo do Geopark Araripe-Estado do Ceará. *Geociências* (São Paulo), v. 31, n. 1, p. 117-128, 2012.

DE OLIVEIRA, Márcio Luís; DINIZ, Vinicius; RAMOS, Almeida. Cluster–arranjo produtivo local–como instrumento para o desenvolvimento sustentável. *Revista Quaestio Iuris* v. 11, n. 04, p; 3352-3370, 2018.

DE SINAY, Maria Cristina Fogliatti; SINAY, Laura; BRAGA, Iluska Lobo. Diagnosticando a viabilidade da instalação de um arranjo produtivo local para o turismo. *CULTUR: Revista de Cultura e Turismo*, v. 12, n. 1, p. 169-188, 2018.

ELKINGTON, J. *Canibais com garfo e faca*. Trad. Patrícia Martins Ramalho. **São Paulo**: Makron Books, 2001.

ERBER, Fábio S. As convenções de desenvolvimento no governo Lula: um ensaio de economia política. *Revista de Economia Política*, v. 31, n 1 (121), p. 31-55, 2011.

FISCHER, T. Poderes locais, desenvolvimento e gestão – introdução a uma agenda. In T. FISCHER (org.) *Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação*. Salvador: **Casa da Qualidade**, p. 344, 2002.

FRASER, M.; GONDIM, S. M. Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. *Paidéia*, v. 14, n. 28, p. 139-152, 2004.

FURTADO, C. *Criatividade e dependência na civilização industrial*. **Rio de Janeiro**: Paz e Terra, 1978.

G1. O Portal de Notícias da Globo (Brasil). Juazeiro do Norte (CE) atrai número recorde de romeiros. 2012. Disponível em < <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2012/01/juazeiro-do-norte-ce-atrai-numero-recorde-de-romeiros.html> >. Acesso em: 02 nov. 2019.

GABRIELLI, C. Planejamento turístico no Cariri Cearense: Integração e desenvolvimento responsável. *Tourism and Hospitality International Journal*, v. 3, n. 3, p. 242-258, 2014.

GONÇALVES, Daniel Bertoli. Estudo sobre o papel da governança em um arranjo produtivo local de produtores de vinho no interior do estado de São Paulo-SP. *Revista Interdisciplinar Científica Aplicada*, v. 14, n. 2, p. 100-115, 2020.

GREMAUD, A. P.; BRAGA, M. B. Introdução à teoria dos jogos. In: D. B. PINHO; M. A. S. VASCONCELOS (org.). **Manual de introdução à economia**, v. 01. São Paulo: Saraiva, p. 204-215, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE SUSTENTABILIDADE (INBS). Relatório Brundtland “Nosso Futuro Comum” – definição e princípios.

LASTRES, H M. M. et.al. **Globalização de Inovação Localizada**. Nota técnica 01/98. RJ, março de 1998.

LAYRARGUES, P. P. Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: evolução de um conceito? **Proposta**, v. 24, n. 71, p. 1-5, 1997.

LOPES, A S. Desenvolvimento Regional: Problemática, Teoria, Modelos, Lisboa, F.C.G, 1995.

LUNAS, Maria Cristiane Fernandes da Silva; DE OLIVEIRA, Ademir Kleber Morbeck; BONONI, Vera Lúcia Ramos. Políticas Públicas de desenvolvimento: convergências e divergências no Geoparque Bodoquena-Pantanal. **Ambiente & Sociedade**, v. 19, n. 3, p. 155-176, 2016.

MACÊDO, Maria EC; OLIVEIRA, Maria RL. Ecoturismo como forma de desenvolvimento sustentável do turismo no geopark araripe na região do cariri cearense. **Revista Interfaces: Saúde, Humanas e Tecnologia**, v. 1, n. 3, 2013.

MARTINS, G. De A. **Estudo de caso: uma estratégia de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2006.

MARTELETO, Regina Maria; SILVA, Antonio Braz de Oliveira. Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. **Ciência da informação**, v. 33, n. 3, p. 41-49, 2004.

MAYRING, P. Qualitative Content Analysis. **Forum Qualitative Social Research**, v. 1, n. 2. 2000.

MOREIRA, C. J. Geoturismo: uma abordagem histórico-conceitual. **Turismo e Paisagens Características**, v. 3, n.1, 2010.

MOURA-FÉ, M. M. DE. GeoPark Araripe e a geodiversidade do sul do Estado do Ceará, Brasil. **Revista de Geociências do Nordeste**, v. 2, n. 1, p. 28-37, 2 nov. 2016

MOURA-FÉ, Marcelo Martins. Geoturismo: uma proposta de turismo sustentável e conservacionista para a Região Nordeste do Brasil. **Sociedade & Natureza**, v. 27, n.1, p.53-66, 2015.

NÓVOA et al. **Formação para o desenvolvimento**, Lisboa, Ed. Fim de Século, 1992.

PAIS, Henrique Luiz Rodrigues. **Região metropolitana do Cariri–RMC: uma análise a partir da política de desenvolvimento territorial**. 2014.

PERROUX, F. “A ideia de progresso perante a Ciência Económica do nosso tempo”, **Análise Social I (2)**, Lisboa, 1964.

PORTER, M. E. *Competição: Estratégias Competitivas Essenciais*, 2 Edição. Rio de Janeiro, 1999.

POTTER, R.; BINNS, T.; ELLIOTT, J. A.; NEL, E. & SMITH, D. W. (2018). *Geographies of development: an introduction of development studies*. Abingdon; New York: Routledge.

SAUSEN, Jorge O. et al. *Gestão estratégica e inserção no processo de desenvolvimento local e regional: estratégias de intervenção na dinâmica do desenvolvimento econômico e social*. *Revista Gestão Organizacional*, v. 7, n. 1, p. 95-111, 2014.

UNESCO. Geoparque Mundial Araripe (Brasil). Notícias da UNESCO, 2017. Disponível em: < <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/natural-sciences/environment/earth-sciences-and-geoparks/araripe-unesco-global-geopark/#c1640110>>. Acesso em: 15 set. 2019.

VÁSQUEZ BARQUERO, A. *Política Económica Local*, Madrid, Pirâmide, 1993.

VIEIRA, Edson Trajano; DOS SANTOS, Moacir José. *Desenvolvimento econômico regional—uma revisão histórica e teórica*. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 8, n. 2, 2012.

VILAS-BOAS, M.; LIMA, F.; BRILHA, J. B. *Conservation of the palaeontological heritage of Araripe Geopark (Ceará, Brazil): threats and possible solutions*. **Geologia dell’Ambiente**, p. 87-88, 2012.

WCDE. *Our Common Future*. Oxford: Oxford University Press, 1987.

YIN, R. K. **Estudo de caso**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZAPATA, T. *Desenvolvimento Territorial Endógeno – conceitos, dimensões e estratégias*. Florianópolis: SeaD/UFSC, 2007.